



1. Acompanhamento da Receita Orçamentária

1.1 Arrecadação - Janeiro a Março

As receitas correntes arrecadadas (excluídas as deduções) pela Prefeitura (Adm. Direta) até março/2017 foram de R\$ 12,978 bilhões, o que representa um aumento real de 0,8% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2016 (Tabela 1.1). Somando as receitas de capital, a arrecadação da Prefeitura - PMSP foi de R\$ 13,07 bilhões, queda real de 0,3%. A receita da PMSP até março correspondeu a 25,7% da receita orçada para o ano. Enquanto as receitas correntes da PMSP atingiram 28,5% do orçado, as receitas de capital alcançaram apenas 2,0% do valor orçado para o ano.

Seção	Pág
1. Acompanhamento da Receita Orçamentária	1
1.1 Arrecadação Municipal - Janeiro a Março	1
1.2 Arrecadação Municipal - Mês de Março	5
2. Acompanhamento da Execução Orçamentária	6
2.1 Despesa Orçamentária - Janeiro a Março	6
2.2 Créditos Adicionais Suplementares e Resultado Orçamentário	14
3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP	15
4. Caixa e Equivalentes de Caixa - PMSP	16
5. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018	17

Tabela 1.1 - Comparativo Receita Acumulada - em R\$

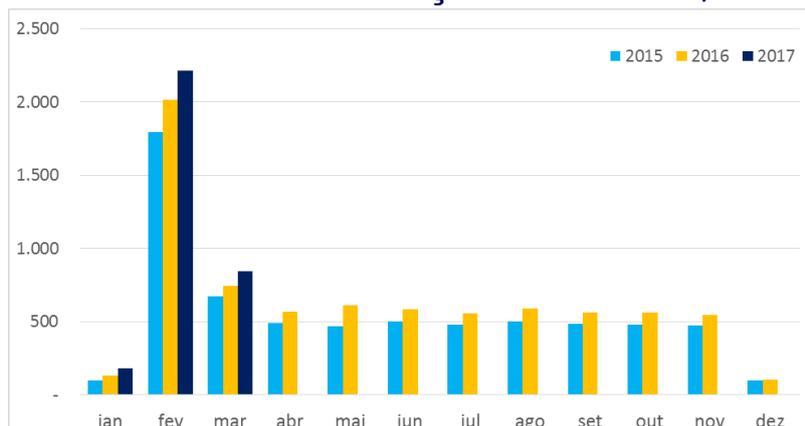
(Fonte: SOF/SF e Cubo - posição em 17/04/2017)

	Orçado 2017 (I)	Jan-Mar 2016 (II)	Jan-Mar 2017 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Orç. (III / I)
Rec. Correntes	48.084.531.446	13.068.806.944	13.720.153.881	5,0%	0,4%	28,5%
IPTU	8.186.054.486	2.894.150.413	3.233.111.181	11,7%	6,8%	39,5%
ITBI	1.764.664.873	335.886.739	373.513.440	11,2%	6,3%	21,2%
ISS	12.664.898.596	2.989.094.036	3.093.160.543	3,5%	-1,0%	24,4%
Cota Parte ICMS	7.290.149.459	1.680.300.355	1.662.121.778	-1,1%	-5,4%	22,8%
Cota Parte IPVA	2.440.078.133	1.761.741.364	1.728.242.217	-1,9%	-6,2%	70,8%
IR	2.081.512.389	408.708.737	476.203.400	16,5%	11,4%	22,9%
FUNDEB	3.589.823.200	1.013.071.082	1.067.931.243	5,4%	0,8%	29,7%
SUS	1.861.702.362	423.599.190	403.414.116	-4,8%	-8,9%	21,7%
FPM	278.244.314	63.418.805	70.676.690	11,4%	6,6%	25,4%
Multas de Trânsito	1.539.250.000	300.795.678	355.374.336	18,1%	13,0%	23,1%
Demais Rec. Correntes	6.388.153.634	1.198.040.545	1.256.404.937	4,9%	0,3%	19,7%
(-) Deduções Correntes	-2.091.612.953	-754.883.495	-741.647.306	-1,8%	-6,0%	35,5%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	45.992.918.493	12.313.923.449	12.978.506.574	5,4%	0,8%	28,2%
Rec. Capital (B)	4.717.612.650	223.352.222	96.047.977	-57,0%	-58,9%	2,0%
Transf. União	2.067.742.319	127.103.245	25.375.048	-80,0%	-80,9%	1,2%
Transf. Estado	514.000.000	2.976.908	7.528.720	152,9%	141,9%	1,5%
Rec. Arrecadados em Exerc. Anteriores (C)	100.000.000	0	0			0,0%
Total PMSP (D=A+B+C)	50.810.531.143	12.537.275.671	13.074.554.551	4,3%	-0,3%	25,7%
Adm. Indireta (E)	3.884.032.000	786.843.299	834.598.157	6,1%	1,4%	21,5%
Consolidado (D+E)	54.694.563.143	13.324.118.971	13.909.152.708	4,4%	-0,2%	25,4%

Consolidando com a administração indireta (autarquias e fundações municipais), a arrecadação foi R\$ 13,909 bilhões, representando uma queda real de 0,2% frente ao mesmo período de 2016. Apesar de permanecer a tendência de queda real, a intensidade da retração na arrecadação parece estar se reduzindo, o que pode ser resultado de uma leve melhora nos níveis de atividade econômica. Segundo o Banco Central - BACEN, a atividade econômica brasileira medida pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br (dessazonalizado), apresentou, em fevereiro/2017, alta de 1,31% em relação ao mês anterior. No entanto, o acumulado dos 12 meses (fev/2017 a mar/2016), ainda registra queda, -3,68%, em relação ao mesmo período anterior (fev/2016 a mar/2015).

IPTU. Entre os tributos municipais, o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU foi o que registrou maior crescimento real (6,8%). Vale ressaltar que a arrecadação de IPTU nos meses de janeiro é pouco expressiva. As receitas com o imposto tornam-se mais significativas a partir de fevereiro, mês em que se iniciam os pagamentos (à vista ou parcelados) regulares referentes ao exercício corrente. O Decreto nº 57.560 de 22 de dezembro/2016 atualizou os valores utilizados para a apuração da base de cálculo do IPTU para o exercício 2017 em 6% com relação aos valores de 2016. Além da correção de 6%, sobre alguns imóveis ainda haverá reajuste em razão da Lei Municipal nº 15.889/2013, que atualizou os valores unitários de metro quadrado de construção e terreno. Apesar de ter sido sancionada em 2013, os seus efeitos repercutem sobre a arrecadação de IPTU dos exercícios seguintes, uma vez que a própria lei estabeleceu um limite de aumento anual de 10% para imóveis residenciais e de 15% para os demais casos. O Gráfico 1.1 ilustra a evolução mensal da arrecadação de IPTU.

Gráfico 1.1 - IPTU - Arrecadação Mensal - 2015, 2016 e 2017



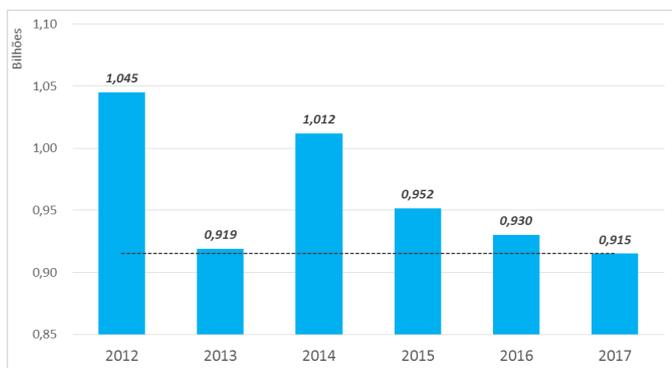
Fonte dos Dados: SOF/Cubo

ITBI. Até março/2017 as receitas com esse imposto cresceram 6,3% em termos reais quando comparadas ao mesmo período de 2016. A aparente reversão da tendência de queda dos últimos meses pode indicar uma recuperação do mercado imobiliário paulistano, que vinha apresentando retração até jan/2017 segundo informações do SECOVI (ver Box 1.1 ao lado).

ISS. A arrecadação do principal item da receita municipal, o ISS, tem acompanhado a queda observada do setor de serviços (ver Box 1.2 ao lado). Até março/17, a arrecadação de ISS apresentou queda real de 1% com relação ao mesmo período de 2016.

Em 2017, o valor da receita de ISS foi o menor, em termos reais, dos meses de março desde o ano de 2012 (Gráfico 1.4).

Gráfico 1.4 - ISS - Mês de março 2012 a 2017 em valores atualizados para março/2017 - R\$ Bilhões



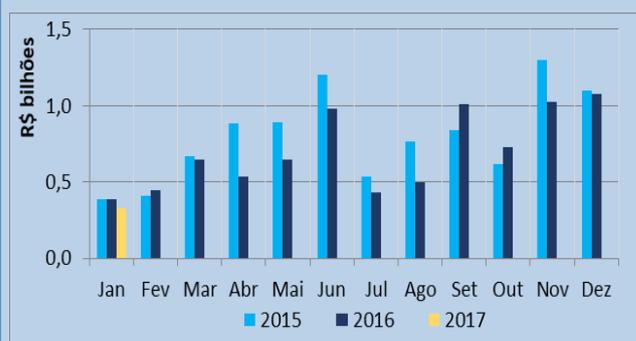
Fonte dos Dados: SOF/Cubo

Box 1.1 - Mercado Imobiliário

Segundo dados da Pesquisa do Mercado Imobiliário de São Paulo, divulgada mensalmente pelo SECOVI-SP, o Valor Global de Vendas - VGV (Gráfico 1.2) em janeiro/2017 atingiu R\$ 329 milhões, o que representa uma queda nominal de 14,5%, considerando o valor do mesmo mês de 2016.

Com o resultado do mês, de fev/2016 a jan/2017, o VGV registrou queda nominal de 13,11% em relação ao período de jan/2016 a fev/2015.

Gráfico 1.2 - VGV (Valor Global de Vendas) Mensal R\$ bilhões



Fonte dos Dados: Secovi

Box 1.2 - Setor de Serviços

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE) apontou que o volume de serviços prestados no Estado de São Paulo (índice dessazonalizado), em fevereiro/2017, subiu 0,76% em relação a janeiro/2017. Em janeiro/2017, o índice havia caído 0,22% (dados revisados) em relação a dezembro/2016.

No acumulado do ano (mar/2016 a fev/2017), o volume de serviços prestados registrou queda de 2,91% em comparação com o mesmo período de 2016.

Gráfico 1.3 - Índice de Volume de Serviços Prestados (com ajuste sazonal) - Estado de SP



Fonte dos Dados: IBGE

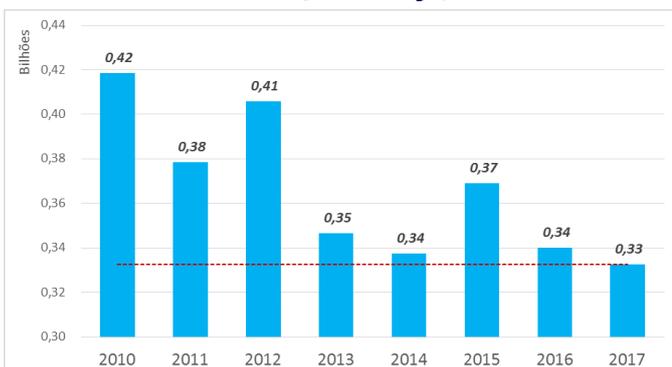
ICMS. Observou-se até março/17 uma queda real de 5,4% das transferências da cota-parte ICMS recebidas pelo Município. O fato explica-se, em grande parte, pela queda da arrecadação estadual (ver Box 1.3).

Quanto às perspectivas de arrecadação para o ano, cabe destacar que o índice de participação do município de São Paulo, referente ao ano de 2017, será 0,9% menor ao seu valor de 2016 (ver Box 1.3).

IPVA. O IPVA é um imposto recolhido pelos estados, no entanto, parcela de 50% do valor arrecadado deve ser transferida para o município em que o veículo foi licenciado. Nos meses de janeiro, há recolhimento do IPVA pelos contribuintes que optarem pelo pagamento a vista do tributo, por essa razão é o mês no qual se concentram, tradicionalmente, de 39% a 41% da arrecadação anual do imposto.

Até março/17, o valor da receita de IPVA repassada ao município foi, em termos reais, 6,2% inferior ao valor do mesmo período de 2016. Em termos mensais, foi o menor valor para março nos últimos 8 anos (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7 - IPVA - Mês de março 2010 a 2017 em valores atualizados para março/2017 - R\$ Bilhões



Fonte dos Dados: SOF

Box 1.3 - Cota Parte - ICMS

No estado de São Paulo, a arrecadação de ICMS registrou, até Fevereiro de 2017 (último dado disponibilizado), queda real de 7% comparativamente ao mesmo período de 2016 (Gráfico 1.5).

Gráfico 1.5 - Arrecadação ICMS - Estado de S Paulo em valores de fevereiro/2017

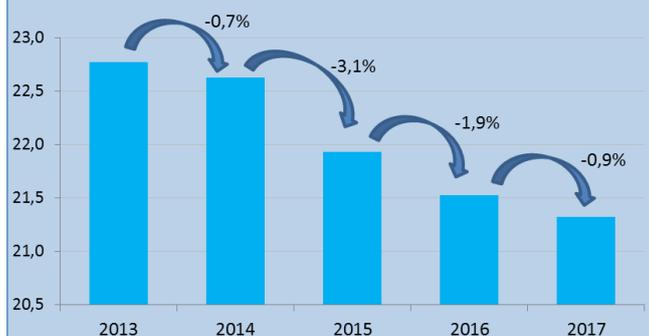


Fonte dos Dados: Secretaria da Fazenda - Gov. Estadual de SP

Além da queda do valor arrecadado, outro fator que tem contribuído para a diminuição da receita municipal com a cota-parte ICMS é a redução do Índice de Participação do Município (IPM) da cidade de São Paulo. Conforme Constituição Federal, parcela de 25% arrecadação estadual do ICMS deve ser repartidas com os municípios. No estado de São Paulo, a repartição do imposto entre os municípios é feita de acordo com o Índice de Participação do Município - IPM, que leva em conta diversas características dos municípios: valor adicionado, população, receita tributária, área cultivada, área inundada e área protegida.

Nos últimos anos, o IPM do município de São Paulo tem apresentado sucessivas quedas. Para 2017, a queda será de 0,9% (Gráfico 1.6).

Gráfico 1.6 - Índice de Participação do Município - cidade de São Paulo



Fonte dos Dados: Secretaria da Fazenda - Gov. Estadual de SP

1.3 Arrecadação - Mês de Março

A Tabela 1.2 mostra o detalhamento do valor arrecadado no mês de março/2017 comparativamente a março/2016. A receita arrecadada pela Prefeitura foi de R\$ 4,05 bilhões, o que representou um aumento real de 3,8% em relação a março/2016 (Tabela 1.2). As receitas correntes (menos deduções) subiram, em termos reais, 4,4%, enquanto que as receitas de capital caíram 43,5%.

Tabela 1.2 - Comparativo Receita Mensal - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Cubo - posição em 17/04/2017)

	Mar 2016 (I)	Mar 2017 (II)	Var.Nom% (II/I)	Var. Real%
Rec. Correntes	3.920.111.151	4.261.342.478	8,7%	4,0%
IPTU	746.127.981	841.320.759	12,8%	7,8%
ITBI	129.702.437	148.675.726	14,6%	9,6%
ISS	889.687.138	915.010.157	2,8%	-1,6%
Cota Parte ICMS	695.854.679	719.925.460	3,5%	-1,1%
Cota Parte IPVA	325.233.591	332.599.690	2,3%	-2,2%
IR	134.277.967	164.251.285	22,3%	17,0%
FUNDEB	370.399.440	405.130.233	9,4%	4,6%
SUS	129.101.756	145.459.656	12,7%	7,7%
FPM	16.009.158	18.400.696	14,9%	9,9%
Multas de Trânsito	97.483.051	159.204.568	63,3%	56,2%
Demais Rec. Correntes	386.233.953	411.364.249	6,5%	1,9%
(-) Deduções da Rec. Correntes	-233.065.026	-235.930.879	1,2%	-3,2%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	3.687.046.126	4.025.411.600	9,2%	4,4%
Rec. Capital (B)	48.957.863	28.941.094	-40,9%	-43,5%
<i>Transf. União</i>	6.950.585	9.698.357	39,5%	33,4%
<i>Transf. Estado</i>	-131.569	0	-100,0%	-100,0%
Rec. Arrecadados em Exerc. Anteriores (C)	0	0		
Total PMSP (D=A+B+C)	3.736.003.989	4.054.352.694	8,5%	3,8%
Adm. Indireta (E)	262.881.324	279.069.075	6,2%	1,5%
Consolidado (D+E)	3.998.885.314	4.333.421.769	8,4%	3,6%

Destaca-se no mês o crescimento das receitas tributárias de IPTU e ITBI, com aumentos reais de 7,8% e 9,6% respectivamente e Multas de Trânsito, com crescimento real de 56,2%. Por outro lado, as receitas de capital apresentaram queda de 43,5% em termos reais.

2. Acompanhamento da Execução Orçamentária

2.1 Despesa Orçamentária - Janeiro a Março

A despesa liquidada até março/2017 pela administração direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, foi de R\$ 7,516 bilhões, representando um aumento nominal de 4% frente ao mesmo período do exercício anterior e uma queda real de -0,6%. No consolidado da administração direta e indireta, a despesa liquidada totalizou R\$ 10,228 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 5,8% em relação a 2016.

Tabela 2.1 - Comparativo da Despesa Acumulada

(Fonte: SOF, posição 12/04/2017)

	Orçado		Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	2016	2017	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2017		
Despesas Correntes (I)	32.263.260.219	33.241.933.014	6.477.555.332	6.892.141.481	6,4%	1,8%
Pessoal e Encargos Sociais	11.859.693.700	12.423.816.023	2.675.000.231	2.769.266.869	3,5%	-1,0%
Juros e Encargos da Dívida	1.346.341.499	1.278.827.868	238.228.334	310.220.984	30,2%	24,5%
Outras Despesas Correntes	19.057.225.020	19.539.289.123	3.564.326.767	3.812.653.628	7,0%	2,3%
Despesas de Capital (II)	9.703.331.670	8.208.721.755	750.369.622	623.924.706	-16,9%	-20,5%
Investimentos	7.755.153.354	5.909.407.269	201.594.216	109.618.092	-45,6%	-48,0%
Inversões Financeiras	18.411.000	168.061.971	0	0		
Amortização da Dívida	1.929.767.316	2.131.252.515	548.775.406	514.306.614	-6,3%	-10,4%
Reserva de Contingência (III)	1.502	1.000	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	41.966.593.391	41.450.655.769	7.227.924.954	7.516.066.187	4,0%	-0,6%
CMSP + TCMSP (B)	815.738.000	941.171.415	146.578.325	160.544.025	9,5%	4,7%
Adm. Indireta (C)	11.624.968.956	12.302.735.959	2.294.608.888	2.551.990.865	11,2%	6,4%
Consolidado (A+B+C)	54.407.300.347	54.694.563.143	9.669.112.167	10.228.601.077	5,8%	1,2%

Destacando os itens da despesa, no âmbito da administração direta, todos os itens da despesa corrente apresentaram crescimento nominal em relação a 2016 nos montantes liquidados, com destaque para “Juros e Encargos da Dívida”, cujo crescimento foi de 30,2% e “Outras Despesas Correntes” com aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre as ações do grupo “Outras Despesas Correntes” da Administração Direta (PMSP), as ações de “Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia” (com total liquidado de R\$ 852,8 milhões) e “Compensações tarifárias do sistema de ônibus” (com R\$ 657,7 milhões) apresentaram, até março/2017, os dois maiores valores liquidados dentro desse grupo.

A Tabela 2.2 traz as 10 maiores ações (em valor liquidado), que representam 78% do valor total de “Outras Despesas Correntes”.

Tabela 2.2 - 10 maiores ações de Outras Despesas Correntes - PMSP

(Fonte: SOF, posição 12/04/2017)

Cód.	Ação	Liquidado Jan-Mar/2017	Part. % no Grupo
4125	Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia	852.776.187	22%
4701	Compensações tarifárias do sistema de ônibus	657.682.500	17%
2825	Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias	326.963.538	9%
4103	Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	274.573.452	7%
4113	Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS	200.922.550	5%
4702	Serviços de Engenharia de Tráfego	166.645.904	4%
2822	Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino	150.377.736	4%
2100	Administração da Unidade	141.311.204	4%
6206	Operação e manutenção dos Espaços de convivência e fortalecimento de vínculos - crianças, adolescentes, jovens e idosos	103.639.221	3%
6825	Contribuição Formação Patrimônio Servidor Público - PASEP	86.885.232	2%
Total 10 maiores		2.961.777.525	78%
Total Outras Despesas Correntes		3.812.653.628	100%

Em relação ao grupo “Investimentos”, com total liquidado até março de R\$ 109,6 milhões, destacam-se as despesas com “Condenações Judiciais - Outras Espécies”⁽³⁾ (R\$ 84 milhões) e “Construção de Habitação de Interesse Social” (R\$ 14,318 milhões), duas ações que praticamente compõe o total investido (cerca de 90%). A Tabela 2.3 traz as ações do grupo “Investimentos” com os maiores valores liquidados até março.

Tabela 2.3 - Investimentos - PMSP

(Fonte: SOF, posição 12/04/2017)

Cód.	Ação	Liquidado Jan-Mar/2017	Part. % no Grupo
0035	Condenações Judiciais - Outras Espécies	84.000.000	77%
1060	Construção de Habitação de Interesse Social	14.318.000	13%
3001	Programa Nacional de Apoio à Gestão Adm. e Fiscal - PNAFM	5.651.069	5,2%
6160	Ações Permanentes de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.	2.578.236	2,4%
7204	Programa de Incentivos Fiscais para a Zona Leste e Extremo Sul	2.004.615	1,8%
1383	Implantação do PMAT - Programa Mod da Adm Tribut e da Gest Set Soc Bas	897.495	0,8%
0012	Condenações Judiciais - Créditos de Pequeno Valor	148.741	0,1%
4101	Operação e Manutenção de Unidades de Saúde - Básicas e de Especialidades	14.623	0,01%
2100	Administração da Unidade	5.314	0,005%
Total 9 maiores		109.618.092	100%
Total Investimentos		109.618.092	100%

Considerando apenas o mês de março, a despesa liquidada pela PMSP foi de R\$ 3,04 bilhões, o que representou um aumento nominal de 8,2% em relação ao mesmo mês de 2016 (Tabela 2.4). Em termos reais, o crescimento foi de 3,5%.

No consolidado, a despesa liquidada totalizou R\$ 4,06 bilhões, variação nominal positiva de 9,4% em comparação ao mês de março/2016.

(3) Condenações Judiciais - Outras Espécies referem-se aos pagamentos de precatórios que não são de natureza alimentar, ou seja, não são decorrentes de ações judiciais referentes a salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez. São decorrentes das demais ações, como referentes a desapropriações e tributos.

Tabela 2.4 - Comparativo da Despesa Mensal

(Fonte: SOF, posição 12/04/2017)

	Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	Mar/2016	Mar/2017		
Despesas Correntes (I)	2.540.599.067	2.696.394.642	6,1%	1,5%
Pessoal e Encargos Sociais	862.848.653	896.364.466	3,9%	-0,7%
Juros e Encargos da Dívida	98.283.334	198.174.154	101,6%	92,8%
Outras Despesas Correntes	1.579.467.079	1.601.856.022	1,4%	-3,0%
Despesas de Capital (II)	268.288.448	344.219.834	28,3%	22,7%
Investimentos	126.996.564	50.839.664	-60,0%	-61,7%
Inversões Financeiras	0	0		
Amortização da Dívida	141.291.884	293.380.170	107,6%	98,6%
Reserva de Contingência (III)	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	2.808.887.515	3.040.614.476	8,2%	3,5%
CMSP + TCMSP (B)	52.101.423	55.690.911	6,9%	2,2%
Adm. Indireta (C)	846.530.107	959.986.535	13,4%	8,4%
Consolidado (A+B+C)	3.707.519.045	4.056.291.922	9,4%	4,6%

As Tabelas 2.5 e 2.6 contêm as despesas liquidadas até março de 2016 e 2017 detalhadas por órgão. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente na próxima seção.

Tabela 2.5 - Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão - PMSP

(Fonte: SOF, posição 12/04/2017)

Cod.	Órgão	Orçado 2017	Congelado 2017	Liquidado 2016	Liquidado 2017	Var.% Liq.
08	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	2.000	2.000	0	0	
11	SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL	346.644.642	155.539.413	22.584.364	37.833.510	67,5%
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS	532.092.899	304.834.005	38.810.654	34.743.000	-10,5%
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO	223.758.535	23.440.067	24.075.206	24.332.504	1,1%
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	746.585.435	622.040.665	40.038.804	39.056.571	-2,5%
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10.985.422.304	1.540.974.226	1.889.369.418	1.883.914.196	-0,3%
17	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	459.415.722	26.467.595	61.826.355	71.014.601	14,9%
19	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	276.888.185	95.040.367	33.253.357	28.360.276	-14,7%
20	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	2.655.239.705	47.744.740	627.643.751	895.472.011	42,7%
21	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	271.624.986	12.769.438	45.179.841	50.857.141	12,6%
22	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA E OBRAS	1.132.027.357	808.278.561	10.243.694	11.400.569	11,3%
23	SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT	53.541.219	7.569.504	8.064.118	7.872.314	-2,4%
24	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	149.571.066	15.386.041	26.466.676	27.120.472	2,5%
25	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	518.728.834	243.224.295	41.291.670	37.772.452	-8,5%
27	SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE	216.238.518	32.786.871	22.191.805	35.832.811	61,5%
28	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	7.847.081.119	330.647.826	1.702.339.195	1.776.361.478	4,3%
30	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	151.644.713	69.019.941	13.871.801	13.950.383	0,6%
31	SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS	7.056.711	555.875	1.122.648	744.430	-33,7%
32	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	34.463.881	2.706.937	3.422.995	1.151.076	-66,4%
34	SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	58.930.350	24.297.924	10.577.305	5.814.463	-45,0%
35	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	70.000	70.000	0	0	
36	SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA	19.800.531	8.931.450	2.477.867	1.430.645	-42,3%
37	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	1.059.906.534	759.348.735	50.331.977	19.107.180	-62,0%
38	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA	545.881.586	37.719.294	112.808.308	101.838.024	-9,7%

Cod.	Órgão	Orçado 2017	Congelado 2017	Liquidado 2016	Liquidado 2017	Var.% Emp.
39	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	16.019.405	6.803.192	1.398.837	205.394	-85,3%
40	SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	30.476.957	27.629.572	679.396	509.025	-25,1%
41	SUBPREFEITURA PERUS	29.539.197	6.786.400	3.757.694	3.750.486	-0,2%
42	SUBPREFEITURA PIRITUBA/JARAGUÁ	38.083.614	9.422.225	5.505.784	5.027.322	-8,7%
43	SUBPREFEITURA FREGUESIA/BRASILÂNDIA	40.211.681	10.304.597	4.229.907	3.466.365	-18,1%
44	SUBPREFEITURA CASA VERDE/CACHOEIRINHA	28.954.310	7.799.329	2.800.837	2.609.976	-6,8%
45	SUBPREFEITURA SANTANA/TUCURUVI	36.376.353	7.454.304	4.942.143	5.126.118	3,7%
46	SUBPREFEITURA JAÇANÃ/TREMembÉ	32.126.717	7.105.105	4.647.916	4.424.260	-4,8%
47	SUBPREFEITURA VILA MARIA/VILA GUILHERME	32.365.128	6.963.399	4.423.435	3.887.923	-12,1%
48	PREFEITURA REGIONAL DA LAPA	42.720.074	13.893.755	4.745.241	4.864.457	2,5%
49	SUBPREFEITURA SÉ	76.191.260	16.977.770	9.221.756	9.156.683	-0,7%
50	SUBPREFEITURA BUTANTÃ	52.309.444	14.730.604	5.308.844	6.476.112	22,0%
51	SUBPREFEITURA PINHEIROS	41.779.896	8.663.522	6.588.727	7.139.054	8,4%
52	SUBPREFEITURA VILA MARIANA	38.736.779	7.553.473	5.723.394	5.575.630	-2,6%
53	SUBPREFEITURA IPIRANGA	53.861.216	16.092.120	6.088.105	5.961.011	-2,1%
54	PREFEITURA REGIONAL SANTO AMARÉ	41.666.510	10.509.405	4.459.730	4.634.354	3,9%
55	PREFEITURA REGIONAL - JABAQUARA	32.031.936	8.213.398	4.159.439	4.742.046	14,0%
56	SUBPREFEITURA CIDADE ADEMAR	41.221.795	16.363.593	4.080.755	4.249.515	4,1%
57	SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO	60.068.004	18.743.081	7.392.736	7.727.468	4,5%
58	SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM	46.500.857	15.644.831	5.034.131	5.835.971	15,9%
59	SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO	52.088.327	21.859.182	4.218.291	5.027.188	19,2%
60	PREFEITURA REGIONAL PARELHEIROS	31.663.662	10.022.687	3.765.397	3.333.946	-11,5%
61	PREFEITURA REGIONAL PENHA	48.459.034	11.128.838	6.115.355	6.258.401	2,3%
62	SUBPREFEITURA ERMELINO MATARAZZO	32.618.121	10.380.347	3.624.555	4.113.576	13,5%
63	SUBPREFEITURA SÃO MIGUEL	46.039.298	10.080.553	6.268.424	6.355.175	1,4%
64	SUBPREFEITURA DO ITAIM PAULISTA	39.962.888	10.190.731	5.144.235	4.910.127	-4,6%
65	SUBPREFEITURA MOÓCA	46.677.965	12.055.613	5.726.380	6.559.110	14,5%
66	SUBPREFEITURA ARICANDUVA/FORMOSA/CARRÃO	38.088.221	9.287.094	4.862.491	5.530.230	13,7%

Cod.	Órgão	Orçado 2017	Congelado 2017	Liquidado 2016	Liquidado 2017	Var.% Emp.
67	PREFEITURA REGIONAL ITAQUERA	51.940.384	15.285.680	6.395.873	6.244.771	-2,4%
68	SUBPREFEITURA GUAIANASES	40.589.873	8.803.553	5.598.212	5.369.542	-4,1%
69	SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE	32.220.297	9.335.082	4.312.726	4.449.850	3,2%
70	SUBPREFEITURA SÃO MATEUS	58.644.672	15.514.891	6.669.431	5.110.638	-23,4%
71	SUBPREFEITURA CIDADE TIRADENTES	31.195.509	9.778.342	2.960.661	3.444.134	16,3%
72	SUBPREFEITURA DE SAPOEMBA	25.989.378	8.655.461	2.519.968	2.750.876	9,2%
74	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	19.760.499	3.198.942	2.632.819	343.517	-87,0%
75	FUNDO MUNICIPAL DE PARQUES	2.000	2.000	0	0	
78	SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO	75.905.905	4.699.742	10.957.441	2.250.439	-79,5%
79	SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	35.084.524	23.188.270	2.028.640	859.770	-57,6%
84	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.052.053.545	1.605.769.521	1.728.505.424	1.852.274.928	7,2%
86	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	390.264.000	390.264.000	0	0	
87	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	1.160.552.000	588.431.648	207.642.301	48.963.269	-76,4%
88	FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	463.480	463.480	0	0	
89	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	4.200.000	4.200.000	0	0	
90	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	110.865.507	33.227.652	14.243.259	21.917.610	53,9%
93	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.155.854.616	269.278.726	226.498.881	278.498.194	23,0%
94	FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24.700.000	22.200.000	15.354.066	54.528	-99,6%
95	FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	920.000	920.000	0	0	
96	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	1.000	1.000	0	0	
97	FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO	2.330.000	2.330.000	0	0	
98	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	264.973.455	246.225.039	0	14.318.000	
99	FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	472.689.644	260.814.464	68.699.511	25.779.095	-62,5%
Total PMSP		41.450.653.769	9.024.639.972	7.227.924.954	7.516.066.187	4,0%

Tabela 2.6 - Comparativo da Despesa Liquidada - Adm. Indireta

(Fonte: SOF, posição 12/04/2017)

Cod.	Órgão	Orçado 2017	Congelado 2017	Liquidado 2016	Liquidado 2017	Var.% Liq.
01	AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL	1.548.754.485	222.448.494	282.072.916	264.208.129	-6,3%
02	HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	308.848.595	20.147.650	55.988.521	58.257.511	4,1%
03	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	7.913.187.195	116.075.162	1.506.370.413	1.752.576.011	16,3%
04	SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	179.336.860	39.280.788	23.068.293	24.024.211	4,1%
80	FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA E CULTURA	39.778.081	16.783.732	2.297.789	2.908.290	26,6%
81	AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA	1.998.261.657	79.714.524	368.474.066	396.864.150	7,7%
83	COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO	156.014.682	47.835.045	16.965.567	16.641.359	-1,9%
85	FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO	123.175.014	38.768.924	38.111.314	35.082.012	-7,9%
91	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	35.379.390	12.546.024	1.260.009	1.429.191	13,4%
Total Adm. Indireta		12.302.735.959	593.600.341	2.294.608.888	2.551.990.865	11,2%

Entre os órgãos da Administração Indireta, destaca-se, orçamentariamente, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, cujas despesas liquidadas até março de 2017 somaram R\$ 1,752 bilhão. As receitas do IPREM no período foram de R\$ 758,5 milhões, incorrendo em déficit de R\$ 994,06 milhões, valor 23,8% maior que o déficit acumulado até março de 2016 (Tabela 2.5).

Tabela 2.7 - Déficit IPREM - em R\$

(Fonte: SOF, posição 12/04/2017)

	Orçado 2017 (I)	Jan-Mar 2016 (II)	Jan-Mar 2017 (III)	Var.% (III / II)
Receitas (I)	3.385.199.000	703.400.966	758.508.981	7,8%
Despesas (II)	7.913.187.195	1.506.370.413	1.752.576.011	16,3%
Déficit (II - I)	4.527.988.195	802.969.447	994.067.030	23,8%

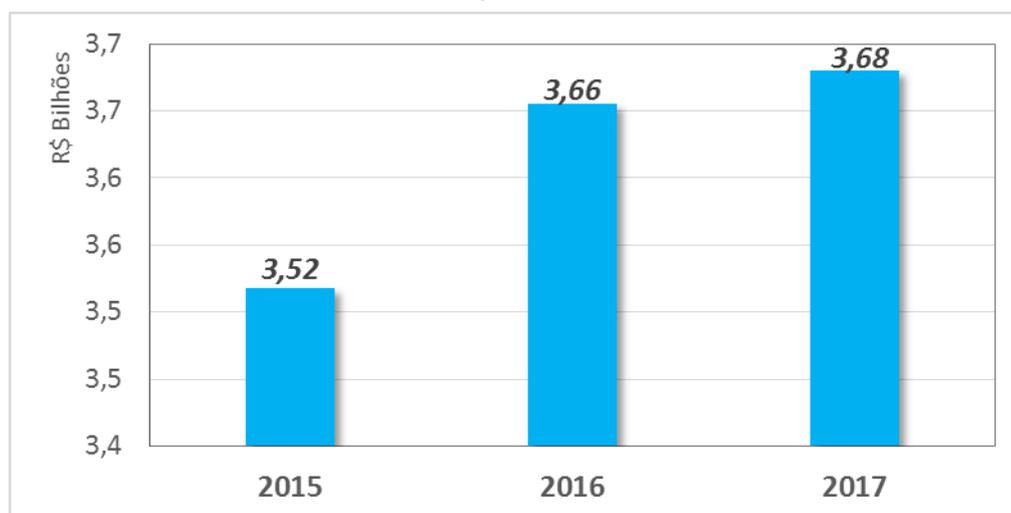
2.2 Créditos Adicionais Suplementares e Resultado Orçamentário

Ao longo da execução do orçamento, o Poder Executivo está autorizado a remanejar recursos entre as dotações orçamentárias até o limite do percentual fixado na Lei Orçamentária Anual - LOA. O art. 11º da LOA 2017 (Lei nº 16.608/2016) autoriza o Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% do total da despesa orçada, o que corresponde a R\$ 5,47 bilhões. O art. 12º da LOA 2017, no entanto, prevê casos em que a abertura de créditos adicionais podem ser realizadas sem onerar esse limite.

Até o dia 31/março, foram publicados decretos de abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 522,244 milhões. A Secretaria Municipal da Educação foi o destino da maior parte dessa suplementação (R\$ 438,8 milhões), enquanto as Secretarias de Serviços e Obras e Desenvolvimento Urbano foram os órgãos que mais perderam orçamento com os remanejamentos (R\$ 223,9 milhões e R\$ 244,9 milhões respectivamente).

Em relação ao resultado orçamentário, até março/2017, com receitas arrecadas de R\$13,9 bilhões e despesas liquidadas da ordem de R\$10,228 bilhões, a administração municipal produziu um superávit orçamentário de R\$3,68 bilhões, valor 0,7% superior ao resultado obtido no mesmo período de 2016 (R\$ 3,655 bilhões). O gráfico 2.1 traz o resultado orçamentário até março dos três últimos anos.

Gráfico 2.1 - Resultado Orçamentário Consolidado - Até Março em R\$ bilhões



Fonte: SOF - Posição 12/04/2017

3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP

A lei orçamentária para o exercício de 2017 fixou as despesas da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em R\$ 626,911 milhões e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) em R\$ 314,260 milhões.

Até março de 2017, a despesa liquidada pela CMSP alcançou 17,4% do valor de seu orçamento anual, totalizando R\$ 108,8 milhões, um aumento nominal de 7,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Descontando a inflação acumulada em 12 meses, houve um aumento real de 2,7%.

No mesmo período, a despesa liquidada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo somou R\$ 51,7 milhões, equivalente a 16,3% de seu orçamento atualizado, chegando a um aumento nominal de 14,3% em relação ao mesmo período de 2016. Em termos reais houve aumento de 9,3%.

A tabela 3.1 mostra o comparativo da despesa liquidada pela CMSP e TCMSP até março dos exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 3.1 - Comparativo da Despesa Liquidada CMSP e TCMSP - em R\$

(Fonte: SOF/Cubo - posição 20/04/2017)

	Orçado 2017	Atualizado 2017 (I)	Jan-Mar 2016 (II)	Jan-Mar 2017 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Atualiz. (III / I)
Câmara Municipal de São Paulo	626.911.000	626.911.000	101.306.037	108.813.274	7,4%	2,7%	17,4%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	314.260.415	317.080.415	45.272.288	51.730.751	14,3%	9,3%	16,3%
Total CMSP e TCMSP	941.171.415	943.991.415	146.578.325	160.544.025	9,5%	4,7%	17,0%

4. Caixa e Equivalentes de Caixa - PMSP

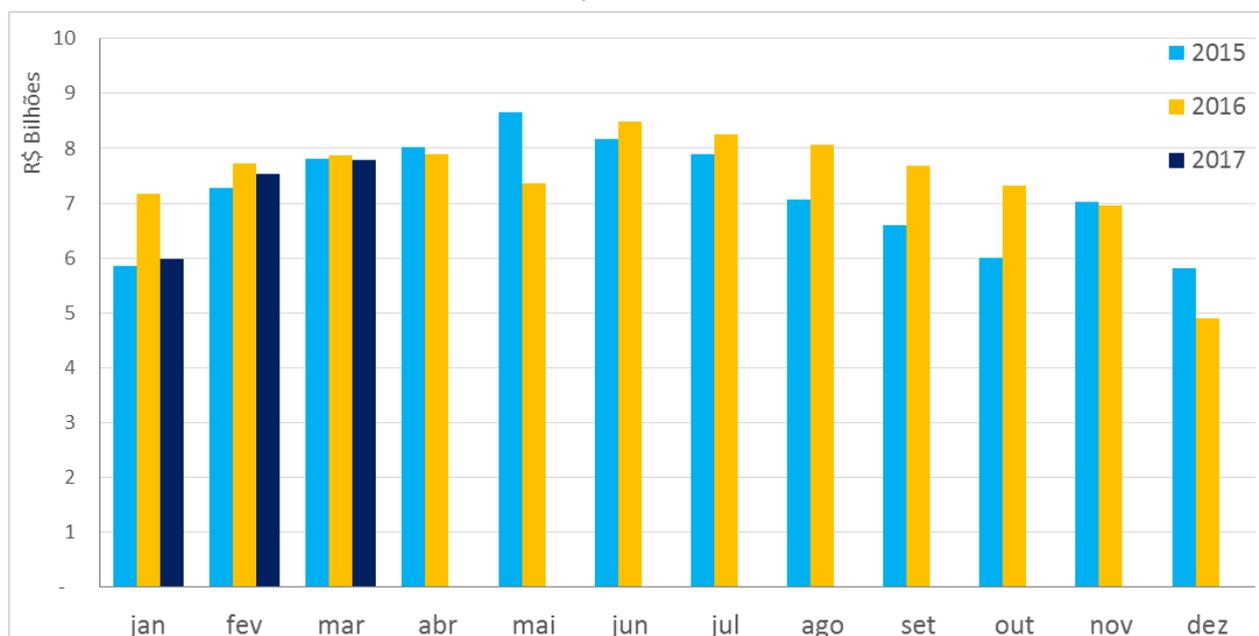
O saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicações nas operações da prefeitura e para os quais não haja restrições de uso imediato.

De acordo com o Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), em 31 de março de 2017 havia R\$ 7,794 bilhões no caixa da prefeitura, valor um pouco superior aos R\$ 7,541 bilhões disponíveis em 28 de fevereiro de 2017. Os valores, tanto de fevereiro quanto de março de 2017, são muito próximos dos contabilizados no fechamento dos mesmos meses do ano passado, R\$7,870 bilhões (31 de março de 2016) e R\$ 7,731 bilhões em 29 de fevereiro de 2016.

É importante frisar que parte desses recursos possuem destinação legal determinada (recursos vinculados), não podendo ser utilizados para outras finalidades que não aquela especificada em lei, como, por exemplo, recursos oriundos de operações urbanas que só podem ser gastos em regiões pré-definidas ou recursos de depósitos judiciais convertidos em receita, cujo uso é restrito ao determinado por lei complementar.

O gráfico 4.1 traz o saldo de caixa no último dia de cada mês para 2017 e dos dois anos anteriores.

Gráfico 4.1 - Evolução do saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” - PMSP (em R\$ bilhões)



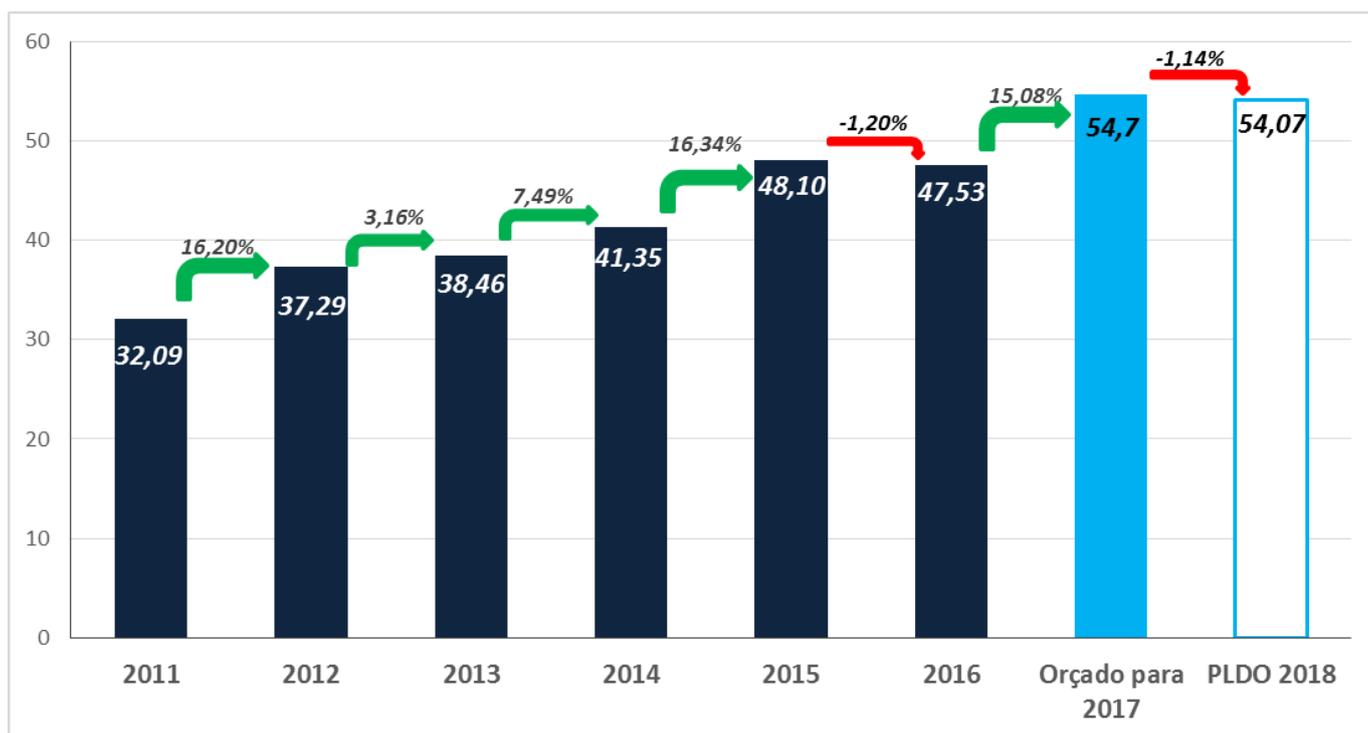
Fonte: SOF - Posição 20/04/2017

5. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal recebeu do Poder Executivo no dia 13 de abril o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o ano de 2018. Com periodicidade anual, a LDO, que é um dos instrumentos de planejamento público definidos pela Constituição Federal, compreende as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. A LDO estabelece, também, orientações gerais para elaboração da lei orçamentária para o próximo exercício financeiro e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

O Projeto de LDO estima para o ano de 2018 uma receita orçamentária para a prefeitura de São Paulo de R\$ 54,073 bilhões (Gráfico 5.1), o que representaria um valor 1,14% menor que o orçamento aprovado para 2017 e 13,7% maior que o arrecadado em 2016.

Gráfico 5.1 - Receita Orçamentária - São Paulo - Arrecadado 2011 a 2016, LOA 2017 e PLDO 2018 - em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - PMSP / Projeto LDO 2017

Os valores estimados baseiam-se no comportamento histórico da arrecadação municipal, em ações (futuras e atuais) que impactam as receitas, além de variáveis que possam comprometer o desempenho de cada fonte de receita, como anistias, subsídios, créditos presumidos e isenções. Para cada imposto específico há também um conjunto particular de variáveis, por exemplo, para o IPTU é utilizado a taxa de expansão do cadastro de contribuintes, para o IPVA é utilizado o crescimento da frota, variação de preços dos automóveis etc..

Adicionalmente são utilizadas projeções macroeconômicas para os próximos anos, no qual se espera um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de 2,5%, do PIB do setor de serviços de 2%, SELIC média de 8,75% e uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 4,5% para 2018. Os valores que constituem esse cenário basearam-se nos dados do Relatório Focus produzido pelo Banco Central (posição em 17/03/2017).

Ressalta-se que o valor definitivo para o orçamento de 2018 ainda será determinado pela lei orçamentária, servindo a estimativa constante na LDO apenas de parâmetro para a definição das prioridades e das metas fiscais.

Apesar da queda na receita total em relação ao orçado de 2017, as receitas correntes previstas no PLDO para 2018 totalizam R\$ 50,89 bilhões, número 2,1% maior que o orçado para 2017 (R\$ 49,85 bilhões), enquanto o item 'Receita Tributária', principal fonte das receitas correntes do município, tem um crescimento nominal projetado de 5%, maior do que a taxa de inflação (IPCA) projetada para 2018.

A referida queda da receita total prevista em relação a 2017 deve-se, principalmente, às estimativas para o item da receita corrente 'Outras Receitas Correntes', cuja redução esperada é de 18% (cerca de R\$ 868 milhões) e para as receitas de capital, das quais se espera uma diminuição de 34,6% (ou de R\$ 1,6 bilhão em termos nominais), com destaque para o item 'Transferências de Capital' com queda de 58,2% (R\$ 1,56 bilhão). Apesar da redução em relação a 2017, os valores projetados para receitas de capital, particularmente das 'Alienações de Bens', são significativamente superiores aos realizados em 2016. As 'Alienações de Bens' projetadas na proposta de LDO representam um aumento de 13303,2% (ou de R\$ 1,26 bilhão) em relação ao arrecadado em 2016. Não consta na LDO 2018 previsão para a realização de "Operações de Crédito" no triênio 2018-2020.

Tabela 5.1 - Receita Orçamentária no Município de São Paulo: Realizado 2016, LOA 2017 e PLDO 2018 - em R\$ mil correntes

Receitas	Realizado	LOA	PLDO 2018			Var.% B/A
	2016	2017 (A)	2018 (B)	2019	2020	
Receita Total (= I + II + III + IV + V + VI)	47.527.063	54.694.563	54.072.788	55.939.352	59.054.828	-1,1%
Receitas Correntes (I)	46.302.379	49.846.976	50.890.414	53.610.673	56.968.070	2,1%
Receita Tributária	23.503.877	24.989.700	26.236.201	27.840.147	29.560.035	5,0%
Receita de Contribuições	1.813.700	1.829.268	1.960.689	2.805.403	2.216.627	7,2%
Receita Patrimonial	1.468.761	1.014.380	1.250.573	1.293.694	1.814.932	23,3%
Receita Industrial						
Receita de Serviços	520.580	599.811	546.960	573.628	601.180	-8,8%
Transferências Correntes	15.466.565	16.593.886	16.944.244	17.945.989	18.999.096	2,1%
Outras Receitas Correntes	3.528.896	4.819.931	3.951.746	3.871.812	3.776.199	-18,0%
Receitas Correntes Intra Orçamentárias (II)	1.948.391	1.984.103	2.216.118	2.373.354	2.539.821	11,7%
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		100.000				-100,0%
Deduções de Receitas Correntes (IV)	-2.119.093	-2.091.613	-2.210.002	-2.357.932	-2.514.703	5,7%
Receitas de Capital (V)	1.357.503	4.855.098	3.176.259	2.313.257	2.061.640	-34,6%
Operações de Crédito	69.311	108.208				-100,0%
Alienações de Bens	9.518	906.352	1.275.744	364.676	56.533	40,8%
Amortizações de Empréstimos	20.853	23.389	24.121	25.214	26.337	3,1%
Transferências de Capital	806.997	2.687.426	1.123.684	1.086.506	1.117.298	-58,2%
Outras Receitas de Capital	450.825	1.129.723	752.709	836.861	861.472	-33,4%
Receitas de Capital Intra Orçamentárias (VI)	37.883					

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - PMSP/ Projeto de LDO 2018

Quanto às receitas de transferências correntes, que representam os recursos provenientes da União e do Estado (ICMS, IPVA, FUNDEB, dentre outras), prevê-se aumento de 2,1% em relação ao orçado 2017.

Pelo lado das despesas, o PLDO 2018 projeta despesas de capital no valor de R\$ 4,876 bilhões, o que representa uma queda de 42,5% em relação ao orçado 2017. O principal componente das despesas de capital são os investimentos, para os quais estão previstas despesas no valor de R\$ 2,627 bilhões, o que representa uma queda de 57,34% em relação ao orçado para 2017. Os investimentos projetados na proposta de LDO para 2018 representam uma queda de 13,1% (ou de cerca de R\$ 396 milhões) em relação ao realizado em 2016.

A tabela 5.2 apresenta a despesa realizada/orçada para 2016 e 2017 e estimada no PLDO 2018 para o próximo triênio (2018-2020).

Tabela 5.2 - Despesa Orçamentária no Município de São Paulo: Empenhado 2016, LOA 2017 e PLDO 2018 - em R\$ mil correntes

Receitas	Empenhado	LOA	PLDO 2018			Var.% B/A
	2016	2017 (A)	2018 (B)	2019	2020	
Despesa Total (= I + II + III)	49.422.519	54.694.563	54.072.788	55.939.352	59.054.828	-1,14%
Despesas Correntes (I)	44.409.509	46.214.557	49.196.267	51.105.023	53.215.127	6,45%
Pessoal e Encargos	20.307.324	22.010.680	23.981.007	25.918.283	28.093.748	8,95%
Juros e Encargos da Dívida	1.150.254	1.279.664	1.230.492	1.201.973	1.154.973	-3,84%
Outras Despesas Correntes	22.951.931	22.924.213	23.984.768	23.984.768	23.966.406	4,63%
Despesas de Capital (II)	5.013.010	8.480.005	4.876.520	4.834.327	5.839.700	-42,49%
Investimentos	3.023.027	6.157.686	2.627.064	2.475.507	3.369.304	-57,34%
Inversões Financeiras	29.382	188.382	48.207	48.207	48.170	-74,41%
Amortizações da Dívida	1.960.600	2.133.937	2.201.249	2.310.614	2.422.226	3,15%
Reserva de Contingência (III)	0	1	1	1	1	0,00%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - PMSP/ Projeto de LDO 2018

Projeta-se para as despesas correntes expansão de 6,45%, sendo que para 'Pessoal e Encargos' estima-se crescimento de 8,95%, enquanto para 'Outras Despesas Correntes' o aumento esperado é de 4,63% em relação ao orçado 2017. Para o pagamento dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) está previsto queda de 3,84% em relação ao orçado 2017. Na soma dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) com 'Amortizações da Dívida' (despesa de capital), os pagamentos totais da dívida devem permanecer relativamente estáveis (alta de 0,53%, indo de R\$ 3,413 bilhões para R\$ 3,431 bilhões).

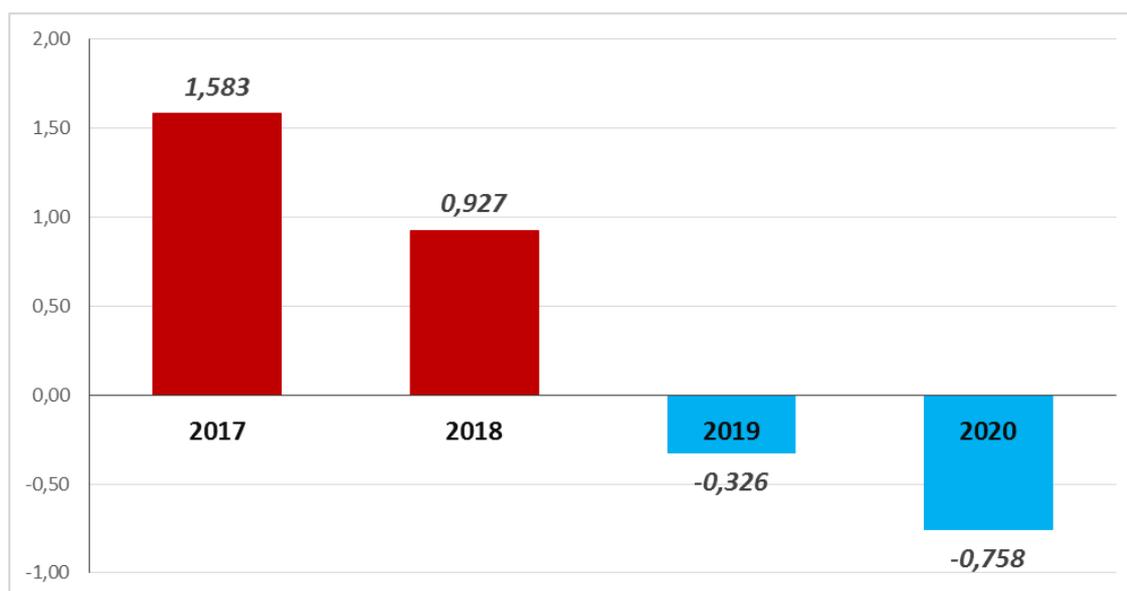
Deve-se ressaltar que o valor orçado para 2017 e o empenhado em 2016, já ocorreram sob a redução prevista nos pagamentos da dívida decorrente da aprovação da Lei Complementar nº 148/2014 e de posterior termo aditivo ao contrato de renegociação da dívida do município com a União. A assinatura de tal termo, em 26/02/2016, representou uma redução de R\$ 46,45 bilhões (de R\$ 74,0 bilhões para R\$ 27,5 bilhões) do saldo devedor, além da alteração das taxas de juros aplicadas o seu valor. Em substituição às condições anteriores, em que a dívida era corrigida por juros de 9% ao ano mais variação do IGP-DI, o termo aditivo estabelece juros de 4% ao ano mais a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou da taxa Selic, o que for menor. Com a renegociação, é esperado que os valores pagos a título de amortização subam nos próximos anos, enquanto o pagamento de juros caia.

Metas Fiscais

Além de orientar a elaboração do orçamento, a LDO foi incumbida pela Lei Complementar nº 101 de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) de dispor sobre o equilíbrio das contas públicas. Um dos dispositivos criados pela LRF e que compõe a LDO é o Anexo de Metas Fiscais, no qual são definidas metas anuais de resultado primário e de resultado nominal para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes.

O resultado nominal é definido como a variação da dívida fiscal líquida, portanto, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal (resultados negativos, calculados dessa forma, significam que a dívida diminuiu, ou seja, uma melhora da situação fiscal) . A PLDO 2018 define as metas de resultado nominal para os anos de 2018 a 2020, conforme mostra o Gráfico 5.2, que também traz a meta definida na LDO 2017 para 2017.

Gráfico 5.2 - Metas de Resultado Nominal* - 2017 a 2020 (em R\$ bilhões)



*- para 2017, o valor mostrado no gráfico se refere a meta estipulada na LDO 2017.

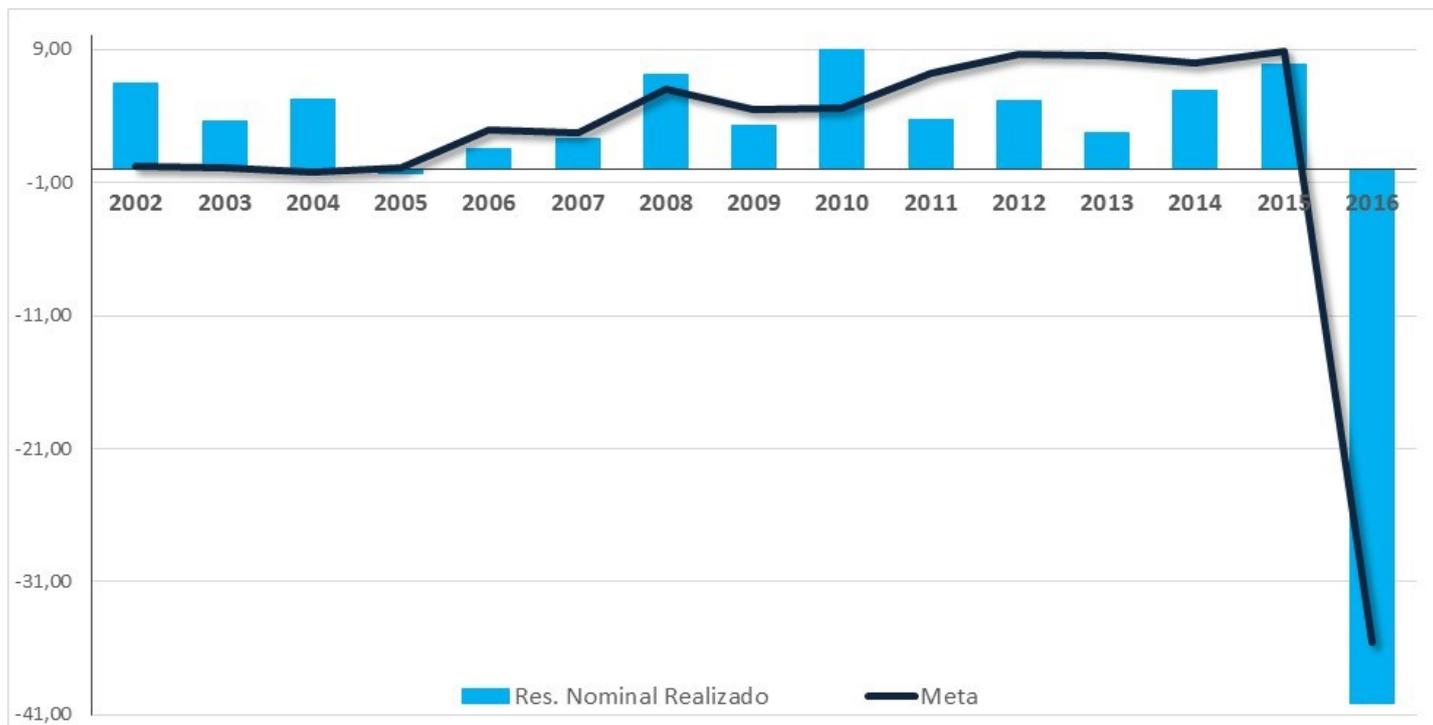
Fonte: LDO 2017 e PLDO 2018

Para 2018, o projeto estabelece uma meta de R\$ 927 milhões para o crescimento da dívida fiscal líquida. Para 2019 e 2020, as metas representam uma diminuição da dívida (respectivamente, de R\$ 326 milhões e, em 2020, de 758 milhões)

Além de definir a meta, a LDO também avalia o seu cumprimento no ano anterior. Em 2016, o resultado nominal foi negativo em R\$ 40,2 bilhões (dívida fiscal líquida diminuiu em R\$ 40,2 bilhões), devido principalmente a já mencionada aprovação da Lei Complementar nº 148/2014 e de posterior termo aditivo ao contrato de renegociação da dívida do município com a União, assinado em 2016. A meta para 2016 era de um resultado negativo de R\$ 35,5 bilhões, portanto, houve o cumprimento da mesma.

O Gráfico 5.3 apresenta a evolução de 2002 a 2016 das metas e do resultado nominal efetivamente realizado. Nos anos de 2002 a 2004, 2008 e 2010, as metas de resultado nominal não foram cumpridas. De 2002 a 2004, as metas foram relativamente mais restritivas, assumindo valores significativamente menores (portanto, mais difíceis de serem cumpridas). Além disso, nesses anos, assim como em outros anos (2008 e 2010) nos quais a meta não foi cumprida, o IGP-DI, índice que reajustava o valor da dívida da prefeitura com a União, registrou variações significativamente mais elevadas, fazendo com que a dívida municipal crescesse com maior intensidade.

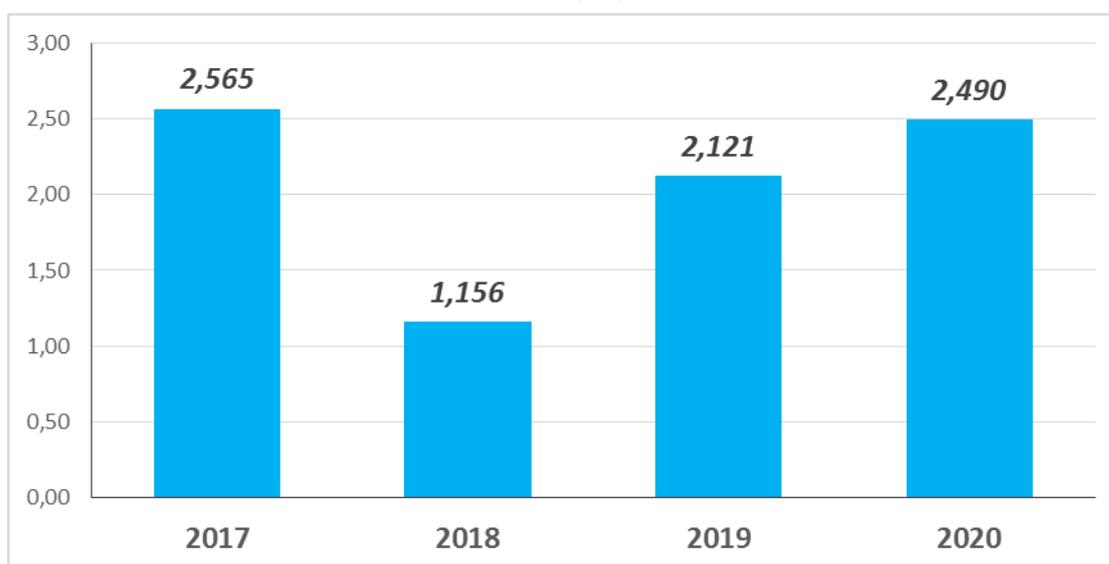
Gráfico 5.3 - Evolução das Metas e do Resultado Nominal - 2002 a 2016 (em R\$ bilhões)



Fonte: Projeto LDO 2018 e LDO 2012

Ainda conforme a LRF, outro importante indicador para o qual a LDO deve definir meta é o resultado primário, que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. O resultado primário é definido pela diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras, sendo que quanto maior o seu valor, melhor é a situação fiscal. A PLDO 2018 estabelece para o ano que vem meta de resultado primário de R\$ 1,156 bilhão, o que corresponde a 2,14% do total da receita estimada para 2018. O gráfico 5.4 ilustra as metas definidas no PLDO 2018 para o triênio 2018-2020 e a meta de 2017 definida na LDO 2017.

Gráfico 5.4 - PLDO 2018 - Metas de Resultado Primário* 2017, 2018, 2019 e 2020



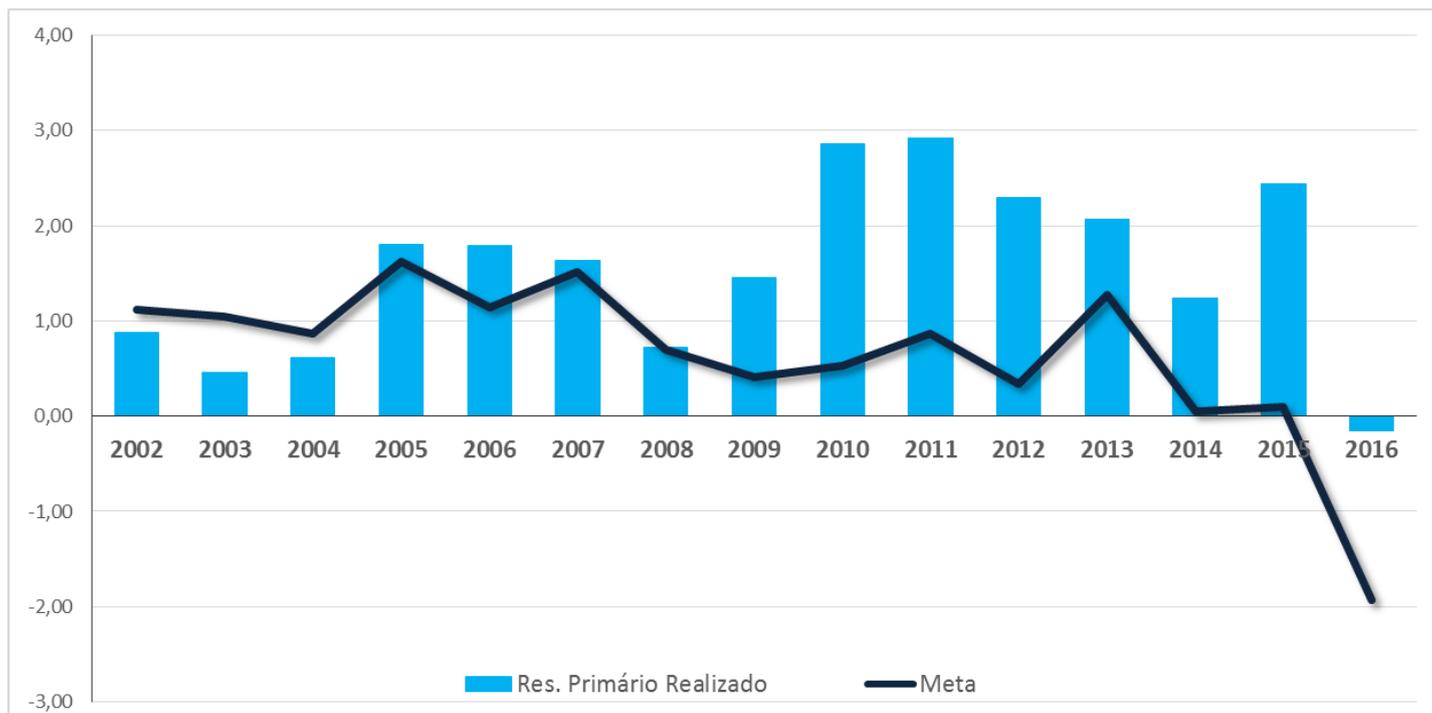
*- para 2017, o valor se refere a meta definida na LDO 2017

Fonte: LDO 2017 e PLDO 2018

O Gráfico 5.5 mostra a evolução das metas e dos resultados primários realizados nos últimos anos. Na série desde 2002, apenas nos três primeiros anos, nos quais foram registrados déficits orçamentários, o resultado primário não atingiu a meta. Em 2008, ano em que se voltou a registrar déficit orçamentário, o resultado primário (de R\$ 720,5 milhões) ficou ligeiramente acima da meta (de R\$ 704,3 milhões).

Para o último ano, a meta foi cumprida com folga, apesar de um déficit primário de R\$ 160 milhões (a meta era um déficit de R\$ 1,929 bilhão). Vale mencionar que foi a primeira vez, desde 2001, que o município registrou déficit primário.

Gráfico 5.5 - Evolução das Metas e do Resultado Primário - 2002 a 2016 (em R\$ bilhões)



Fonte: Projeto LDO 2018 e LDO 2012

Além de estabelecer metas para os anos de 2018 a 2020, a PLDO 2018 alterou as metas para o exercício de 2017 estabelecidas anteriormente na LDO 2017. Foram alteradas as metas para o resultado nominal e primário para 2017. O resultado nominal estipulado para 2017 na LDO 2017, R\$ 1,583 bilhão (ver gráfico 5.2), foi alterado para R\$ 3,33 bilhões (aumento de 110%), ou seja, a Prefeitura espera que a dívida cresça o dobro do estabelecido na LDO elaborada e votada no ano passado.

O resultado primário de 2017 também teve a meta alterada de um superávit de R\$ 2,565 bilhões para um superávit de R\$ 11,7 milhões.

No Anexo de Metas do PLDO 2018, a Prefeitura justifica a alteração "(...) em virtude da reprogramação do cronograma de dispêndios de recursos ligados às operações urbanas consorciadas e de utilização da saldos de recursos arrecadados em exercícios anteriores de Fundos Municipais que resultarão na existência de despesas primárias sem igual reflexo nas receitas primárias no exercício de 2016 (...)". Apesar da meta de resultado primário para 2017 ser inferior a estipulada em 2016 (LDO 2017), a prefeitura alega que não colocará em risco o pagamento de serviços da dívida, pois há receitas não primárias que poderão ser utilizadas para essa finalidade, bem como um superávit primário na fonte 'Tesouro Municipal' suficiente para este fim.

Prioridades e Metas

Conforme disposto na Constituição Federal, constam no projeto de LDO as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente. As metas “são a mensuração das ações de governo para definir quantitativamente e qualitativamente o que se propõe ser atendido”¹ e prioridade “é a hierarquia a que devem submeter-se as metas”¹.

As metas e prioridades listadas no projeto de LDO normalmente são ações que fazem parte do Plano Plurianual - PPA. Como a LDO 2018 estipula as metas e prioridades para 2018 e o PPA para o quadriênio 2018-2021 só será confeccionado no final deste ano, o anexo de metas e prioridades baseou-se no recente Programa de Metas proposto pelo Executivo², conforme Art. 6º do PLDO 2018. São listados nesse anexo aquelas metas que possuem entregas ou etapas previstas para 2018 e terão impacto orçamentário.

Dentre as entregas ou etapas previstas para 2018 listadas no PLDO estão:

- Entregar 3 unidades básicas de saúde (UBS)
- Readequar, reformar e/ou reequipar 50 das unidades básicas de saúde (UBS)
- Construir 10 Centros de Educação Infantil
- Ampliar em 30.000 o número de matrículas de creches
- Aprimorar 10km de ciclovias
- Construção e remodelagem de 20Km de corredores
- Construção de um terminal e adequação para acessibilidade de 22 terminais
- Revisar a Lei da Operação Urbana Centro (concluir 50%)
- Concluir 30% do Sistema Eletrônico de Licenciamento
- Concluir 25% do sistema de alerta a enchentes
- Implantar intervenções em parceria com Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE ou outros agentes
- Recapear 120km de vias
- Protestar 70.000 certidões de Dívida Ativa
- Realização de 60 ações de promoção em 2018 (12 locais, 12 nacionais e 36 internacionais)

(1) *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*, Nilton de Aquino Andrade, respectivamente, págs. 23 e 28

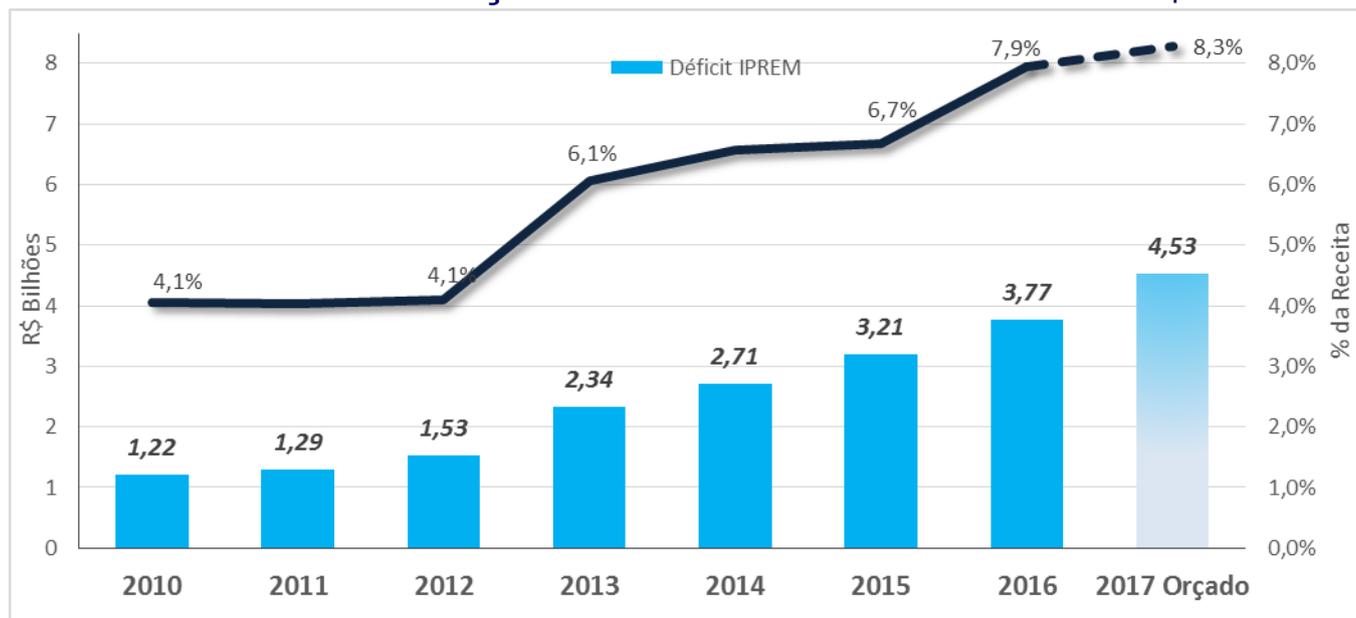
(2) http://www.camara.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/PMSP_Programa-de-Metas-2017-2020-1.pdf

Regime Próprio de Previdência dos Servidores

A LDO, conforme estabelecido pela LRF (art. 4º, §2º, inciso IV), deverá conter uma avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores. O PLDO 2018 apresenta um estudo com projeções para o período compreendido entre 2016 a 2090 (os dados utilizados para a avaliação atuarial estão posicionados em 31/dezembro de 2015). De acordo com as hipóteses atuariais e financeiras adotadas, o resultado atuarial (diferença entre as receitas e despesas previdenciárias) previsto é deficitário em R\$ 113,8 bilhões levando em consideração o período de 2016 a 2090.

Nos últimos anos, o resultado previdenciário tem sido motivo para crescentes preocupações em razão da evolução do seu déficit. O Gráfico 5.6 ilustra a trajetória recente do déficit orçamentário do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM e o quanto ele tem representado das receitas municipais.

Gráfico 5.6 - Evolução do Déficit IPREM e % da Receita - em R\$



Fonte: Balanços PMSP

Como exibido no Gráfico 5.6, o déficit previdenciário, que em 2010 representava 4,1% das receitas orçamentárias, passou para 7,9% em 2016 e a previsão orçamentária é que atinja 8,3% no exercício 2017.

Vereadores da 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2017:

Presidente: Milton Leite
1ª Vice-Presidente: Eduardo Tuma
2º Vice-Presidente: Edir Sales
1º Secretário: Arselino Tatto
2º Secretário: Celso Jatene
1º Suplente: Gilberto Nascimento Jr.
2ª Suplente: Ota

Abou Anni	Janaina Lima
Adilson Amadeu	João Jorge
Adriana Ramalho	José Police Neto
Alessandro Guedes	Juliana Cardoso
Alfredinho	Mario Covas Neto
Aline Cardoso	Noemi Nonato
André Santos	Paulo Frange
Antonio Donato	Prof. Cláudio Fonseca
Atilio Francisco	Quito Formiga
Aurélio Nomura	Reis
Caio Miranda Carneiro	Ricardo Nunes
Camilo Cristóforo	Ricardo Teixeira
Claudinho de Souza	Rinaldi Digilio
Conte Lopes	Rodrigo Gomes
Dalton Silvano	Rodrigo Goulart
David Soares	Rute Costa
Dr. Milton Ferreira	Sâmia Bomfim
Eduardo Suplicy	Sandra Tadeu
Fabio Riva	Senival Moura
Fernando Holiday	Souza Santos
George Hato	Toninho Paiva
Gilson Barreto	Toninho Vespoli
Isac Felix	Tripoli
Jair Tatto	Zé Turin

CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Consultores Técnicos Legislativos Economistas:
Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.
Estagiária: Bruna Leal Costa da Silva.

Contato: cte2@camara.sp.gov.br